

1 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - **SEDS/PR**
2 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CEDCA/PR**
3 Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'B' - Palácio das
4 Araucárias
5 CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná



7
8 **Assembleia Extraordinária**
9 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente**
10 **CEDCA/PR 16/04/2015**
11

12 Aos dezesseis dias do mês de Abril do ano de 2015, às 8h32min em primeira convocação, no auditório da
13 Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, no 7º andar do Palácio das
14 Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – Bairro Centro Cívico, em Curitiba– PR, foi dado início à
15 Assembleia Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR,
16 para a qual os conselheiros foram previamente convocados. A pauta específica dessa ocasião seria a
17 Conclusão dos Trabalhos das Câmaras Setoriais do mês de Março de 2015, ficando acordado que se esses
18 tópicos fossem vencidos até as 17h00, imediatamente seria iniciada a Reunião Ordinária do Mês de Abril.
19 Na sua função, a Conselheira Presidente Ires Damian Scuziatto (DORCAS de Toledo) solicitou a auto
20 apresentação dos Conselheiros que se faziam presentes. São eles- Eliseu Sebastião Rocha (Casa Civil),
21 Regina Ribas (Lar dona Vera), Adriana Porto Seus (Sec. De Estado do Esporte e Turismo – SEET), Juara
22 Regina Ferreira (SEED), Thais Silva Carneiro (SETI), Ires Damian Scuziatt (DORCAS de Toledo),
23 totalizando 06 Conselheiros. Seguindo os ditames do Regimento Interno, a Segunda convocação deu-se às
24 9h00, com o plenário já composto de forma expressiva. Estavam presentes os Conselheiros Thais Carneiro
25 (SETI), Adriana Porto Seus (Sec. Do Esporte e Turismo), José Carlos Aliaga (SEPL), Ires Damian Scuziatto
26 (DORCAS de Toledo), Nadir Fantin (Instituto São José), Regina Riba (Lar Dona Vera), Juara Regina Ferreira
27 (SEED), Residente Técnica Mayara, Tatiana Possa (SEDS), Tatiana G Neves (SESA), Fátima Ikiko
28 Yokohama (SEJU), Eliseu Sebastião Rocha (Casa Civil), Márcia Tavares dos Santos (SESP), Vanessa da
29 Silva Martins (Assoc. Cultural e Educ. Infantil Menino Jesus), Miliane Matos Vergassa (Assoc. Fraternidade
30 e Aliança), Renann Ferreira (Guarda Mirim de Foz do Iguaçu), Alexandra Alves José (EPESMEL),
31 totalizando 16 Conselheiros. **°Justificativa de Ausência°** O adolescente Lucas Vinícius encontra-se em
32 Brasília, participando de reunião a convite do CONANDA. A conselheira Ana Paula Baena (Hospital
33 Pequeno Príncipe) não se fará presente, tendo em vista problemas de saúde. Através da Conselheira
34 Márcia Tavares dos Santos (SESP), o plenário teve conhecimento que o Conselheiro Elvis (seu suplente)
35 teria retornado para a Corregedoria, e no CEDCA seria futuramente substituído pelo Sr. Daniel, presente na
36 plateia. Aproveitando o ensejo, a Presidente Ires fez um referendo, no que concerne á grandeza do trabalho
37 realizado pelo Conselheiro Elvis no CEDCA, dando também boas vindas ao visitante. **°Camara de Garantia**
38 **de Direitos- Relatora Conselheira Nadir** °Registrada a chegada da representante da AMPIJ – Promotora
39 de Justiça Dra. Daniele Cavali Tuoto, Conselheira Maiara (Encontro com Deus), Dra. Daniele Vieira (Núcleo
40 Jurídico da SEDS), Conselheira Débora representante da ABEC e Douglas Moreira, (Fórum DCA). Abrindo
41 um espaço Douglas Moreira mencionou o relatório de monitoramento, do Plano Estadual de Enfrentamento
42 à violência. Declarou que o Fórum DCA, em conjunto com outras instâncias, traz ao Conselho um conjunto
43 de inconsistências contidas nesse relatório, documento esse que deveria ser validado com as outras

44 instâncias envolvidas, através de um Seminário, já que houve problemas de interpretação do instrumental.
45 Diante disso, o Fórum traz para o CEDCA, o pedido para que não se aprove nesse momento, já que as
46 Políticas Públicas de enfrentamento à violência precisam ser subsidiadas com reflexões. Segundo Douglas
47 Moreira, tem-se um relatório bastante falho, assim solicitou a compreensão do Conselho para que sejam
48 anexadas complementações, cumpridas as próprias deliberações do CEDCA. Avaliando a situação, a
49 Presidente Ires Scuziatto apontou que ao se elaborar um Plano, aprovam-se ações genéricas, sem citar
50 como se dará esse monitoramento. É preciso ter esse olhar! foi abordado na Câmara, estando presente a
51 Entidade Recriar. Considerações foram asseguradas e a câmara aprovou. Cópias foram encaminhadas para
52 todos e houve uma reunião de realinhamento. A Conselheira Vice-Presidente Márcia (SESP) assegurou que
53 recentemente ocorreu um agenda entre as Advogadas Maria Cristina Santos e Marta Tonin, juntamente com
54 a Secretária Fernanda Richa, ocasião em que esse documento foi apresentado. Hoje a Comissão de
55 Enfrentamento a Violência foi extinta, porém as ações estão sendo executadas pela Câmara de Garantia de
56 Direitos. Constatou que a decisão partiu da maioria, presente na reunião da Câmara. Avaliou-se que esse
57 relatório é longo, detalhado, e foi construído por cerca de vinte pessoas. O representante do Fórum DCA,
58 Douglas Moreira expôs ser importante registrar que no texto do Plano não se encontra o instrumental e o
59 próprio texto remete como responsabilidade da Comissão. Na prática, o processo foi diferente daquilo que
60 foi aprovado pelo CEDCA, já a reunião de alinhamento não teve a presença de parte significativa dos
61 órgãos. Vale dizer que a sociedade Civil não foi convidada para as 8 reuniões desenvolvidas. Registrou
62 ainda que o relatório de enfrentamento a violência diz que as informações não estão qualificadas, devido à
63 diversidade de interpretações do instrumental. Assim, por que aprovar nessa data? Todos os procedimentos
64 dialogados com esse Conselho foram seguidos, porém as deliberações do CEDCA não foram. Douglas
65 Moreira solicitou a sensibilidade, para que sejam enviadas cópias aos diversos órgãos para a validação,
66 tendo conseqüentemente um relatório de qualidade. Mencionou a Conselheira Márcia (SESP) que esse
67 assunto já foi ponto de pauta na Câmara há cerca de 4 meses, portanto essa aprovação não foi realizada às
68 pressas. A Conselheira Ires, no exercício da Presidência interpretou existir segurança nessa aprovação,
69 uma vez que no ano passado um grupo de Conselheiros reuniu-se inúmeras vezes, para entabular essas
70 discussões na antiga Comissão. Levando em conta essas colocações, a Técnica Solange (SEDS) afirmou
71 discordar totalmente sobre a falta de qualidade desse trabalho; o grupo que efetuou a finalização usou de
72 respeito para com essas respostas, trabalhando de forma fidedigna. Em 28/11 quando ocorreu a dissolução
73 da Comissão, todos estavam preparados para esse alinhamento do Plano, que já poderia ter ocorrido lá
74 atrás. Foi definido esse encontro e expedidos 22 convites para representantes. Na data de 16/12 apenas 2
75 representantes da Sociedade Civil estavam presentes e houve mesmo uma dificuldade de consenso. Saiu
76 um grupo tarefa para finalizar o relatório até fevereiro (Fórum- representação da SEDS, IPARDES E TJA). A
77 Técnica Solange (SEDS) ainda relatou ter encaminhado e-mail para os representantes desse grupo,
78 agendando reunião para 15 de janeiro, porém o Centro Marista de Defesa à Infância não se fez presente.
79 Informou que no e-mail encaminhado houve um erro de digitação no email do Douglas, e que este erro
80 somente foi constatado mais tarde, quando o mesmo entrou em contato com o CEDCA. Os trabalhos tiveram
81 seqüência, com organização das sínteses desenvolvidas ao longo de oito encontros. Foi importante relatar
82 que de uma determinada experiência, foram encontradas importantes Soluções. Elogiando as importantes
83 contribuições do Grupo Marista e Hospital Pequeno Príncipe, a Técnica Solange informou que esse relatório

84 foi fechado e encaminhado para a Câmara recebendo aprovação. Enfatizou que em hipótese alguma houve
85 intenção de se faltar com o respeito, com nenhum das instâncias. Ouviu-se da Conselheira Presidente Ires
86 Scuziatto que, como se tem uma variação rica de dados, esse conteúdo poderia vir para a Câmara e com a
87 parceria dessa equipe essas ações pudessem ser incluídas dentro do Plano Decenal. Douglas Moreira
88 (Fórum) realçou que o próprio texto do relatório final aponta as diversas limitações existentes no relatório.
89 Assim, solicitou que o seu nome fosse excluído ao final. **Em apreciação e posterior votação: 14 votos a**
90 **favor da aprovação do relatório de monitoramento, 0 contrários e 5 abstenções °Comissão de**
91 **Políticas Básicas - Relatora Conselheira Débora.** Entre algumas informações compartilhadas pelos
92 Conselheiros, comentou-se sobre as dificuldades que impedem o acesso das crianças à educação, fato
93 esse que precisaria ser alimentado pelo SIPIA. A representante da AMPIJ, Promotora de Justiça Dra.
94 Daniele Cavali Tuoto interpretou que os dados SIPIA são extremamente importantes, mas o que pode se
95 fazer com eles. Sente-se que ainda a criança e o adolescente não são prioritários. Em Curitiba são
96 disponibilizadas 10 mil vagas para a Educação Infantil e a sugestão para que haja um conveniamento com
97 essas escolas privadas, é nula já que essas são inexistentes no interior. Sugeriu ser mais atuante nos
98 encaminhamentos com os dados do SIPIA, oficiando aos Promotores em geral, no que se refere a
99 dificuldades das vagas da Educação Infantil. Foi informado pela Vice-Presidente Márcia Tavares dos Santos
100 (SESP), que a partir da capacitação desenvolvida no ano passado todos os conselhos Tutelares tem senha,
101 porém houve resistência para os Conselheiros participarem dos cursos. A partir de Dezembro, o SIPIA
102 novamente enfrenta problemas com o Sistema. Considerou que o ideal seria primeiramente serem
103 providenciados esses reparos e depois o Centro de Apoio das promotorias acionar o Ministério Público
104 Federal, já que nos dias de hoje os dados não estão sendo preenchidos Finalmente, planejar uma eficiente
105 capacitação para Promotores e Juizes. Nesse momento, as atenções se voltaram para uma representante
106 do CRESS, que trouxe ao plenário uma carta aberta contendo diversas assinaturas, solicitando providências
107 sobre uma situação que vem ocorrendo com profissionais da Assistência Social, requisitados outras pelo
108 Tribunal de Justiça para executar outras tarefas. Segunda a técnica, os papéis não podem ser confundidos.
109 Desde o ano passado, as tentativas para solucionar tal questão vem sido encetadas, inclusive com
110 promessa de concurso. Não está clara a proposta de um quadro de profissionais para as regiões,
111 respondendo por diversas Varas e Comarcas. Foi colocado que esse apoio do CEDCA tem peso e é
112 necessário acumular força política. Que o Poder Judiciário constitua as suas equipes, propôs a Presidente
113 do CEDCA, Conselheira Ires Scuziatto (Dorcas de Toledo) mostrando-se favorável à assinatura dessa
114 correspondência de apoio. Pediu um aparte a Conselheira Márcia Tavares dos Santos, Vice-Presidente
115 desse Colegiado. Segundo ela, a SESP e a Casa Civil acharam por bem primeiramente solicitar
116 informações ao Tribunal de Justiça, já que tem Municípios nos quais o Juiz necessita requisitar outros
117 profissionais. Tendo em vista que o TJ avançou nessa estruturação, sabe-se que tais mudanças não são
118 feitas de um dia para o outro. Entendeu-se também que neste momento poder-se-ia acabar com equilíbrio
119 em cidades pequenas. Assim, na sua opinião, a carta não seria agora assinada e seriam solicitadas
120 informações complementares. **°Em votação °A Favor- 11 votos °Contrários- 2votos (SES e SETI)**
121 **°Abstenções- 1 (Cons. Juara-SEED).** A Secretaria Executiva encaminhará ofício ao CRESS a respeito
122 dessa decisão. °Justificativas: 1) Conselheiro Leandro encontra-se em Brasília e sua suplente Marcela em
123 férias. 2) Registrada a chegada da justificativa de ausência da Conselheira Ana Paula R. Baena (questões

124 de Saúde) e sua suplente encontra-se em viagem). **°Acatadas as citadas justificativas.** A presente Ata
125 foi gravada e redigida por Regina Amasiles Rodrigues Costa, servidora da SEDS, digitada por
126 Reinaldo Minosso Neto, sendo a Secretária Executiva Maria Leticia Zavala Dellê.